

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS  
CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO  
POPULAR NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O princípio da participação popular na edificação da nova sociedade Cabo-verdiana está consagrado no programa do Partido e foi retomado nos documentos fundamentais do Partido e do Estado, de entre os quais se destaca a Resolução Geral do 1º Congresso do P.A.I.C.V. (ponto III), a Constituição da República (título I, artigos 3º e 7º) e o ponto II do Programa do Governo sobre "Objectivos e Política".

A experiência acumulada ao longo dos anos de actuação como sector de intervenção directa junto da população e seus problemas permite-nos afirmar que:

-A população desde que correctamente enquadrada e orientada é capaz de realizar transformações visíveis das suas condições de vida

-As acções de transformação realizadas com o concurso da população vão de encontro às necessidades e aspirações dessa mesma população; são mais económicas, pois exigem menores investimentos técnicos e em equipamentos e são passíveis de serem realizados com base nos recursos existentes localmente.

Surge-nos assim a participação popular como imperativo do desenvolvimento do país, entendido este como um processo orientado para a satisfação das necessidades básicas da população (Estratégia Nacional de Desenvolvimento).

Para a realização deste princípio fundamental, a população deve ser chamada a participar em todas as etapas do processo.

Reconhecemos que na prática todos os sectores da vida do Partido e do Estado estão conscientes da importância da população e fazem constantes apelos à participação da Comunidade nos mais diversos aspectos da vida do País. Neste sentido, órgãos e instituições têm sido criados com vista a permitir e assegurar essa participação.

Apesar de todos os esforços realizados podemos falar da existência de estrangulamentos nessa participação.

O conceito da participação popular, aplicado à nossa realidade, surgiu num momento de viragem histórica como palavra de ordem de mobilização da população em torno de um projecto político de sociedade.

Na maior parte dos casos, os agentes mobilizadores de população partiam para a Comunidade sem um conhecimento exacto da situação que se propunham modificar. Munidos de um conhecimento empírico que em pouco tempo mostrou insuficiente, careciam de informação quantificada que definisse a incidência do problema a abordar com um grau mínimo de cientificidade, nomeadamente nos aspectos sócio-culturais.

Eram portadores do programas, muitas vezes, concebidos a nível central, não havendo posteriormente a preocupação de os adaptar à realidade concreta onde iam ser aplicados.

A população era chamada a participar de programas cuja necessidade nem sempre expressou e para cuja concepção não contribuiu.

O desequilíbrio existente entre o contemplado nos programas e a deficiente base técnico-material disponível foi entre factor de peso no incumprimento dos ditos programas.

O não definir-se com precisão os objectivos do programa, dificultou a delimitação das suas etapas, e a definição da metodologia a seguir em cada uma delas. Uma periodização e uma metodologia deficientes, entravaram, logicamente, a participação popular.

Por outro lado, o facto de não existir um aparelho de planificação levou à descoordenação das acções dos diversos departamentos e à consequente compartimentação dos problemas sentidos pela colectividade. A actuação desconcertada, tal como tem sido realizada até agora, leva à duplicação de acções com o desperdício de recursos e de tempo e, ao enfraquecimento da capacidade de resposta dos serviços às necessidades da população.

Não podemos, contudo, deixar de reconhecer o elevado contributo dado pelo povo Caboverdiano para as grandes transformações já operadas sob a orientação do Partido e do Estado. É visível o interesse posto pelas pessoas na discussão dos grandes problemas que têm afectado a vida nacional. Registamos alterações profundas no comportamento sócio-cultural dos indivíduos e dos grupos, concretamente na sua atitude responsável face às iniciativas de sencadeadas e às directivas emanadas dos diferentes sectores, de que são exemplos os resultados conseguidos, nomeadamente, nas acções de saneamento do meio e no programa de arborização.

O problema parece situar-se de momento na necessidade de, por um lado, fazer renascer nas pessoas o entusiasmo pela participação no desenvolvimento e, por outro lado, na canalização dessa potencialidade humana para a concretização dos objectivos do 1º Plano Nacional do Desenvolvimento já que acreditamos na coincidência dos objectivos do PND com os interesses e aspiração das diferentes camadas da população.

A análise da problemática da participação popular, põe desde logo o problema de como e quando é que se deve dar essa participação.

Em relação ao primeiro aspecto, isto é, como, a população deve ser organizada e enquadrada em torno de projectos concretos, visando a responder a necessidades expressamente sentidas.

A opção de desenvolvimento de Cabo Verde com base na ampla participação das massas populares, vem sendo acompanhada de estratégias sectoriais onde o mesmo princípio é reafirmado.

Existe, neste momento, no País, um certo número de organismos vocacionados para assegurar a realização desse princípio (serviços públicos, organizações de massas e sociais e órgãos do poder local). A criação das organizações de massas e dos órgãos do poder local, são, em nosso entender, a via correcta de se garantir as condições de concretização da participação popular, mas, sentimos a necessidade de uma definição mais clara dos mecanismos necessários a esta nova etapa e do papel de cada um dos organismos no processo.

Quanto ao segundo aspecto, ou seja, em que altura é que a população deve ser chamada a participar, achamos que deve ser, desde o início, o que equivale a dizer, desde a etapa de estudo e caracterização da situação que se pretende transformar.

A abordagem da realidade deve ser feita de forma global, isto é, nas suas componentes, demográfica, económica, social cultural e política. Vemos assim, a necessidade da conjugação dos esforços da população local e dos quadros políticos, administrativos e técnicos, numa perspectiva integrada, onde cada interveniente desempenha um papel previamente definido.

Para que a população possa desempenhar o papel que lhe é atribuído, ela tem de ser esclarecida sobre os objectivos e a importância da sua contribuição, tecnicamente orientada e informada dos resultados alcançados em cada fase do processo.

A planificação como instrumento da política de desenvolvimento, deve ser encarada a três níveis-nacional, regional e local. Da consertação dos três aspectos resulta o desenvolvimento harmonioso em que se tem em conta os aspectos específicos das áreas geográficas físicas, humanas e económicas.

Se, na planificação nacional e regional a presença da população se faz sentir essencialmente através dos seus legítimos representantes, a nível local vamos encontrar as condições mais propícias à participação directa da população na transformação da realidade que a cerca. De facto, com os planos de desenvolvimento local elaborados através da conjugação dos esforços da população e dos quadros políticos, administrativos e técnicos, e, enquadrados no plano nacional, pretende-se alcançar o duplo objectivo de:

- Desenhecar as potencialidades locais em recursos humanos e materiais
- Assegurar a adequação das soluções aos problemas e à capacidade de evolução da população.

Da concretização do segundo objectivo resulta que a população acompanha e é capaz de participar activamente na solução dos problemas que a afectam.

A tarefa de tornar a população capaz de acompanhar e participar exige que a mesma seja informada, isto é, dotada de conhecimentos, e, correctamente enquadrada em cada etapa. Chegamos assim ao problema do trabalho directo junto da população com a qual é preciso estabelecer contactos frequentes.

Esses contactos seriam efectuados em duas variantes:

- Por um lado com as estruturas que integram a população organizada e naquelas em que a população está representada para tomar decisões
- Por outro lado, com a população não organizada.

Pergunta-se:

Quem deve assegurar tais contactos de trabalho com as organizações de massas e órgãos de poder local e com a própria comunidade?

A realização da tarefa de abordagem da população em todas as etapas do desenvolvimento local, é de extrema importância para o bom êxito dos planos.

Quem deve assegurar a ligação permanente entre os vários quadros administrativos, técnicos e políticos e a população?

Os diferentes sectores da vida do país parecem-nos estar cada vez mais des-  
pertos para a necessidade do diálogo constante e feito em bases técnicas,  
e, como tal procuram formar os quadros capazes de o assegurar.

Esta preocupação esteve na origem do surgimento dos agentes sanitários de base, animadores sociais, animadores culturais, técnicos de formação cooperativa, e, fala-se agora na criação de agentes de vulgarização agrícola.

Temos assim que, cada sector define um conjunto de programas cuja estratégia assenta na participação popular e procura dotar-se de técnicos capazes de assegurar na prática essa participação.

Podemos então concluir, com a experiência, que a existência desses técnicos é uma necessidade sentida.

A questão que gostaríamos de colocar para a nossa reflexão neste Seminário é o seguinte:

Será que cada organismo envolvido no processo de desenvolvimento vai formar e profissionalizar o seu corpo de técnicos para trabalhar directamente com a população, ou será que, a nível central se vai procurar definir o perfil de um técnico que, dotado de um instrumental polivalente seja capaz, de, a

todo o momento, fazer a leitura correcta da situação junto da comunidade e fornecer aos diversos organismos os elementos essenciais à um escalonamento de prioridades e à escolha da metodologia de actuação que mais se adapta a cada local. Esse mesmo técnico teria ainda, como responsabilidade, manter a população informada dos resultados conseguidos e assegurar a continuidade da participação em todas as fases de um projecto.

Se optamos pela primeira modalidade, vamos deparar-nos com a seguinte situação:

- Cada organismo vai definir as suas necessidades em quadros para actuação junto das populações segundo critérios que vão desde a extensão dos programas até à realidade geográfica do país.
- A formação desses quadros terá de ser assegurada por cada sector e a formação dos conteúdos da formação será também uma responsabilidade sectorial.
- O enquadramento profissional e a supervisão do trabalho vai pôr exigências novas ao organismo em que os quadros formados vão ser integrados.
- Uma vez a trabalhar, o técnico de intervenção, para cumprir o seu papel junto da população vai ter necessidade de:
  - alojamento
  - local de trabalho condigno
  - equipamento
  - meio de locomoção
  - recursos materiais para fazer face às necessidades do seu programa.
- Como fruto da sua actuação teremos na comunidade um conjunto de pessoas que abordam a população em tempos diferentes, com metodologia diferenciada e para objectivos por vezes bastante similares. O "bombardeamento" da população com pedidos de informação, conselhos, reuniões e outras formas de actuação pode levar a que ela se sinta perdida e crie resistências à sua participação.

Vejamos o que acontece se se decide pela segunda modalidade considerada:

- E a nível central (com o concurso de todos os organismos) que terá de ser definido o perfil profissional de um quadro de intervenção que satisfaça as necessidades de diálogo constante entre a população em diferentes valências técnicas que actuam localmente.
- As necessidades em quadros serão calculadas por forma a garantir uma cobertura eficaz do território nacional.
- A sua formação e supervisão estará centralizada num único organismo.
- Haverá uma redução considerável das necessidades em alojamento, local de trabalho e meios de locomoção e o equipamento e os recursos disponíveis poderão servir a vários projectos.
- Finalmente no contacto com população a presença constante do mesmo técnico, propicia o surgimento de relações mais estreitas o que vai permitir uma maior penetração para o conhecimento da dimensão exacta dos problemas e do substracto sócio-cultural em que os mesmos assentam e aumentar a confiança da população nos técnicos que orientam o desenvolvimento e por conseguinte, garantir um maior engajamento popular.

A primeira situação que procuramos descrever de forma resumida é a que se procuramos verifica entre nós neste momento. Todos estamos conscientes de la e cabe-nos a responsabilidade de, aqui e agora, aproveitar a possibilidade que nos oferece este Seminário, tirar da experiência de quotidiano as lições para o futuro.

Gostaríamos de ir um pouco mais longe na nossa apresentação de dados para a reflexão e debruçamo-nos sobre alguns aspectos que nos parece devem ser considerados ao analisar-se a questão da centralização da intervenção directa junto da população.

Em primeiro lugar na, definição do seu perfil profissional deve-se ter em linha de conta alguns aspectos da personalidade e do carácter do indivíduo pois que a capacidade para se relacionar com a população e seus problemas é o elemento pulcral da sua actuação.

No conteúdo da formação a consciência política surge como dado de primordial importância pois que este quadro deve estar profundamente identificado com o povo e seus verdadeiros interesses e ser capaz de compreender e transmitir a mensagem política das directivas técnicas emanadas. Se tal não acontecer a presença do técnico vai dificultar e não facilitar a tarefa das estruturas políticas locais.

O programa de formação deve preparar um técnico de intervenção com capacidade para fazer uma leitura correcta das situações e vocacionando para o trabalho de equipe, pois ele irá funcionar como o elemento aglutinador das diferentes componentes da actuação.

Assim, para além das relações com a população, o técnico vai-se relacionar com os outros técnicos e serviços com actuação nos programas.

A sua situação no organigrama do desenvolvimento, a sua responsabilidade e os canais e formas de ligação com os outros devem ser perfeitamente definidos em cada etapa.

A presença na comunidade de uma unidade com vocação aglutinadora, poderá ser benéfica desde que o problema seja maduramente estudado em todas as suas implicações.

Para enumerar algumas vantagens diremos:

Em termos de recursos humanos reduz consideravelmente as necessidades, pois uma unidade responde por diversos sectores.

- Para a população, repetindo, tornando-se mais claras as ligações e a própria inter-relação dos problemas e das soluções.
- Permite aos órgãos quer de planificação quer de execução do desenvolvimento ter uma visão integrada das situações.
- Como referimos atrás, reduz as necessidades em alojamento, local de trabalho, equipamentos e recursos.

Mas em relação a este último aspecto e directamente relacionados com a posição do técnico no organigrama há questões que carecem de uma definição.

Se não vejamos:

Se o técnico actua numa linha de planeamento integrado, a quem cabe a responsabilidade do equipamento e conservação do seu local de trabalho?

Ele deverá ter um local criado especificamente para o efeito ou devemos aproveitar as infra-estruturas já existentes nas zonas?

As infra-estruturas devem ser concebidas para uso exclusivo de cada serviço que as cria ou a sua utilização deve ser pensada numa ótica polivalente e orientada para as necessidades do desenvolvimento?

Este problema prende-se imediatamente com aspectos orçamentais e mecanismos de controle. A boa utilização dos bens do Estado deve ser incutida como uma prática, pois só assim será possível, utilizar uma escola como centro de recreação cultural nocturna ou uma unidade sanitária de base como sala de reuniões com a população.

Em resumo, e, da experiência acumulada pelo Ministério da Saúde e Assuntos Sociais ao longo de todos estes anos de trabalho directo com a população em que se empenhou a partir de Agosto de 1975 com a criação das Comissões de Acção Social, e dos Agentes Sanitários de Base podemos concluir que:

- 1.-A problemática da participação popular é intrínseca à própria opção de desenvolvimento, pelo que não nos parece possível, separar da programação geral, os programas que serão alvo da participação da população. E existem, outro sim, níveis e intensidade diferentes nessa participação.
- 2.-Os organismos directamente responsáveis por assegurar essa participação carecem de um certo número de definições, concretamente:
  - Que organismos criar neste momento.
  - Qual o papel de cada um deles no processo de desenvolvimento.
  - Quais os serviços estatais e organizações sociais responsáveis pela planificação e execução de certos sectores do desenvolvimento. Esta falta de definição prende-se essencialmente com o desenvolvimento social.
  - Qual a técnica de planificação que se vai adoptar para assegurar a presença da população em todas as etapas do desenvolvimento local.
  - Como vai ser feito a coordenação desse desenvolvimento.
  - Como se vai assegurar a ligação entre os técnicos sectoriais e a popula-ção?
  - Quem vai responder pela formação e supervisão dos quadros de intervenção directa junto da população.
  - A quem vai caber a responsabilidade de assegurar na prática a logística necessária a essa actuação.

A resposta a estas e outras questões concretas que irão resultar do enre-quecimento, ao longo da sua discussão, das reflexões sistematizadas no presente documento, vai permitir equacionar os principais aspectos que diminuem, nesta etapa o impacto da participação popular a definição das vias para se ultrapassar o status que existente e garantir que o I<sup>o</sup> Plano de Desenvolvimento Nacional será efectivamente um instrumento de realização da política de Democracia Nacional Revolucionária em Cabo Verde.

Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, na Praia, 15 de Fevereiro de 1982.